

EDITORIAL

v.1, n.1, jan./jun 2012

É com grande satisfação que o Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) apresenta à comunidade jurídica nacional e internacional a revista *Direitos Emergentes na Sociedade Global* (REDESG). Com vistas a integrar o futuro Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSM - nível mestrado -, a REDESG tem como objetivo principal a publicização de trabalhos científicos, preferencialmente produzidos em programas de Pós-Graduação em Direito brasileiros e estrangeiros. De acordo com a política editorial da REDESG, os referidos trabalhos devem estar inseridos nas temáticas dos direitos da sociobiodiversidade e sustentabilidade, ou nos direitos na sociedade em rede, os quais representam, respectivamente, as linhas de pesquisa do futuro Programa.

Para esta primeira edição mostra-se extremamente relevante salientar, com vistas à construção de um conhecimento jurídico crítico e reflexivo, que a REDESG vincula-se a uma proposta não dogmática do Direito, e por isso concentra-se na investigação do entrelaçamento da comunicação jurídica em sua relação aos processos decisórios de uma sociedade global, considerando não só suas complexidades e riscos, mas também levando em conta a sua dimensão local, seja em termos socioculturais, seja no de disponibilidade de recursos naturais. Diante dessa perspectiva, suas linhas de pesquisa guardam relação direta aos novos direitos emergentes nas observações da sociobiodiversidade e da sociedade informacional, desvelando a propositura de alternativas reflexivas que possam promover pesquisas para a reformulação de elementos tradicionais da dogmática jurídica.

Após um intenso trabalho da Comissão Editorial, a qual contou com o apoio de inúmeros pesquisadores que remeteram seus trabalhos, neste primeiro volume a REDESG apresenta um total de oito artigos científicos e duas resenhas bibliográficas, todos eles avaliados num sério processo que envolve o sistema de avaliação cega (*double blind*), contando com a emissão de, no mínimo, dois pareceristas *ad hoc*, os quais, no todo, realizaram um trabalho invulgar.

Nesse quadro, a comunidade jurídica acaba brindada, neste primeiro volume, com uma série de artigos que se comunicam no escopo da revista, o que pode ser facilmente constatado

já no texto de abertura desta edição, de autoria de Jeferson Ditz Marin e Karen Irena Ditz Marin, intitulado “*A imperatividade do reordenamento do espaço urbano e os contributos ambientais*”, o qual retrata fielmente a necessidade de formação de uma consciência cultural ambiental, propondo um rompante ao modelo de vida individualista, que a seu modo renuncia a inclusão do outro e elege o conforto e a proteção dos interesses particulares. Seguindo o escopo da REDESG, o texto “*Indivisibilidade socioambiental: por uma visão integracionista entre os direitos sociais e a proteção ao meio ambiente*”, de autoria de Ana Paula Cabral Balim, conduz o leitor à oportunidade de estudar a relação existente entre os direitos humanos, sociais e a proteção ambiental, com o intuito de estabelecer entre ambos uma relação de indivisibilidade essencial para compor o conceito socioambientalista, tendo em vista principalmente as grandes disparidades existentes entre a proteção ambiental e a proteção à sociedade humana.

Em sequência, no texto “*Espaços de conversação: os blogs e a construção da ciberdemocracia no Brasil*”, os autores Rafael Santos de Oliveira, Letícia Bodanese Rodegheri e Francieli Puntel Raminelle enfrentam como se dá o processo de construção do que denominam “ciberdemocracia brasileira” nos espaços de conversação proporcionados pelos *blogs*. Já no artigo denominado “*Internet: publicações ofensivas em redes sociais e o direito à indenização por danos morais*”, de Taise Rabelo Dutra Trentin e Sandro Seixas Trentin, oportuniza-se o repensar dos direitos oriundos da utilização do ciberespaço num inter-relacionamento ao instituto da responsabilidade civil, notadamente o dano moral.

O quinto texto desta primeira edição, de autoria de Vitor Hugo do Amaral Ferreira e Vinicius de Souza Jensen aborda, de forma crítica, o entrelaçamento entre as relações de consumo e as novas tecnologias, partindo de entendimento já manifestado, sobre o tema, pela jurisprudência gaúcha. Daí sua intitulação: “*Relações virtuais de consumo: perspectivas de direitos no e-commerce*”. Em continuidade, Cristiano Becker Isaia e Adriano Farias Puerari, no artigo “*O processo judicial eletrônico e as tradições (inautênticas) processuais*”, deflagram a necessidade da compreensão dos princípios constitucionais no seio do processo judicial eletrônico.

O penúltimo artigo desta primeira edição da REDESG, de autoria de Guilherme Damásio Goulart, denominado “*O impacto das novas tecnologias nos direitos humanos e fundamentais: o acesso à internet e a liberdade de expressão*”, aborda o direito de acesso à internet e à liberdade de expressão, ambos vistos e entendidos como direitos humanos fundamentais. Finalmente, a revista é encerrada com “chave de ouro” por Cristina Barbosa Rodrigues e Irineu

Francisco Barreto Júnior no artigo “*Exclusão e inclusão digitais e seus reflexos no exercício de direitos fundamentais*”. Nele, o leitor da REDESG poderá melhor compreender o fenômeno contemporâneo da exclusão digital e a possibilidade de mitigá-lo por intermédio de intervenções governamentais no formato de políticas públicas educacionais, tema de extrema relevância, principalmente quando estamos diante de um Estado que se proclama Democrático (e Social) de Direito.

Na parte final da REDESG há, ainda, uma seção destinada a resenhas de obras relacionadas as suas linhas temáticas. Nessa edição, os autores Larissa Numes Cavalheiro e Fernando Hoffmam apresentam uma análise da obra de Pierre Lèvy e André Lesmos intitulada “O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária”. Nela estão presentes elementos que permitem uma reflexão sobre as potencialidades advindas com as novas tecnologias informacionais, especialmente de ampliação dos espaços de deliberação social (ciberespaço) e emergência de uma ciberdemocracia. A outra obra - “Republic 2.0” - de Cass Sunstein, foi resenhada por Aline Trein, Lucas Silva de Souza e Valéria Ribas do Nascimento. Em sua resenha crítica os autores destacam que a obra apresenta uma série de elucidações sobre os efeitos negativos da evolução das novas tecnologias (internet, em especial) para a democracia e a liberdade de expressão.

Com a expectativa de se consolidar no mundo literário em periodicidade semestral, recebendo trabalhos em fluxo contínuo, a REDESG, por meio de seus editores, agradece a participação de todos os envolvidos neste projeto, o qual, ao que tudo parece, tem todas as condições para contribuir decisivamente na construção de um Direito cada vez mais aproximado dos anseios constitucionais, que ao fim e ao cabo representam os anseios da própria comunidade, seja no aspecto da sociobiodiversidade, da sustentabilidade ou da sociedade informacional, representando novas potencialidades na elaboração de um discurso jurídico democratizado, compartilhado e participativo.

Cristiano Becker Isaia
Rafael Santos de Oliveira
Editores